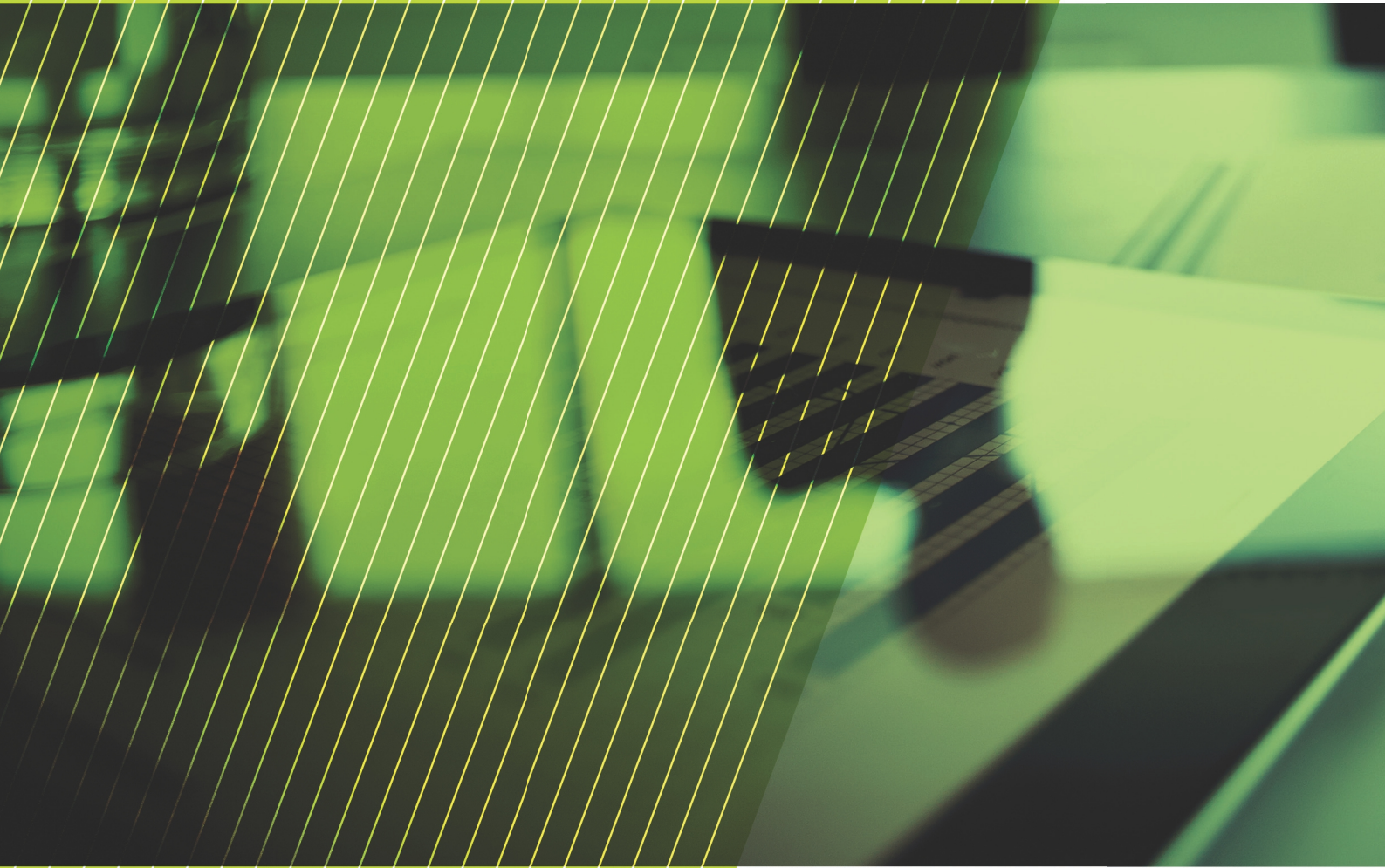



# Relatório anual 2014





# SUM ÁRIO

- 
- 04** Mensagem do Presidente
  - 05** Desempenho da cooperativa
  - 08** Evolução da cooperativa
  - 09** Relatório da Administração
  - 13** Demonstrações Contábeis
  - 17** Notas Explicativas
  - 25** Parecer do Conselho Fiscal
  - 26** Relatório da Auditoria
  - 27** Equipe SICOOB Coopjustiça  
Pontos de Atendimento

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

Neste primeiro informativo de 2015, o Sicoob Coopjustiça tem o orgulho de revelar que as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira no ano passado foram estimulantes para o nosso trabalho.

É nos períodos mais adversos que as cooperativas de crédito ou financeiras se agigantam. Em meio às incertezas, nossos diferenciais ficam mais nítidos, como aconteceu em 2008-2009, quando a crise dos subprimes se espalhou pelo mundo como vírus, afetando o sistema financeiro de vários países. O cooperativismo de crédito não foi afetado. O Sicoob Coopjustiça ocupa o 2º lugar em patrimônio (R\$ 36,3 milhões) dentre as cooperativas do sistema no Estado do Rio de Janeiro. Com ou sem crise, nossos números provam que nunca paramos de crescer em 18 anos de vida. Por isso, temos a certeza de que 2015 será um ótimo período para mostrar nossas diferenças e vantagens. Temos co fiança no futuro porque no passado sua Cooperativa provou que sabe enfrentar e superar desafios. A adesão ao Sistema Sicoob foi um exemplo de decisão estratégica para alcançar os desempenhos ainda melhores que conseguimos. A gestão responsável de nossa Diretoria é o melhor caminho para atingir níveis mais altos de eficiência.

Recente pesquisa da PricewaterhouseCoopers – PwC, que entrevistou 560 dirigentes de entidades financeiras em 17 países, mostrou, entre outras coisas, que as instituições que substituíram o foco no produto pelo foco nas pessoas já largam em vantagem sobre os concorrentes.

Mais próximos do nosso público do que os bancos comerciais de seus clientes, estamos mais aptos a oferecer para cada associado os produtos e serviços do nosso portfólio financeiro que lhes sejam mais adequados. A vitalidade do cooperativismo reside nisto: não temos a preocupação febril de obter vantagens a qualquer custo. O importante é não deixar passar as boas oportunidades para cada um de nós e para todos.

Falando nisso, nosso quadro de associados vai crescer ainda mais, pois celebramos convênio com o Tribunal de Contas do Estado e, com o aval do Banco Central, já podemos associar seus servidores e magistrados.

Sejam bem-vindos!

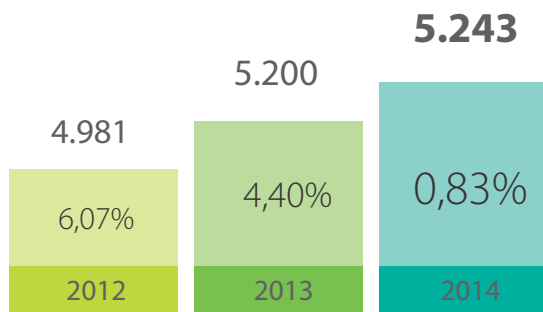


**Benino Manuel Alonso Lorenzo**  
Diretor-Presidente do SICOOB Coopjustiça

A Diretoria

## Associados

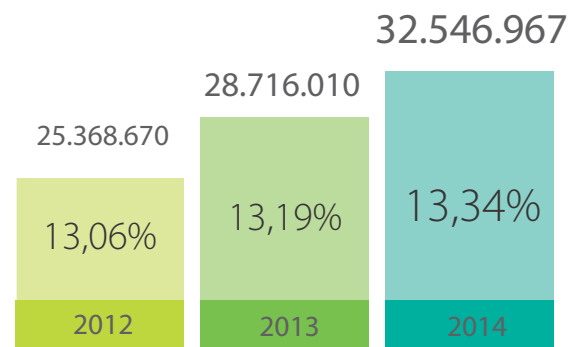
Cada vez mais pessoas e empresas querem ter acesso aos benefícios de uma cooperativa de crédito, conforme demonstra o gráfico abaixo.



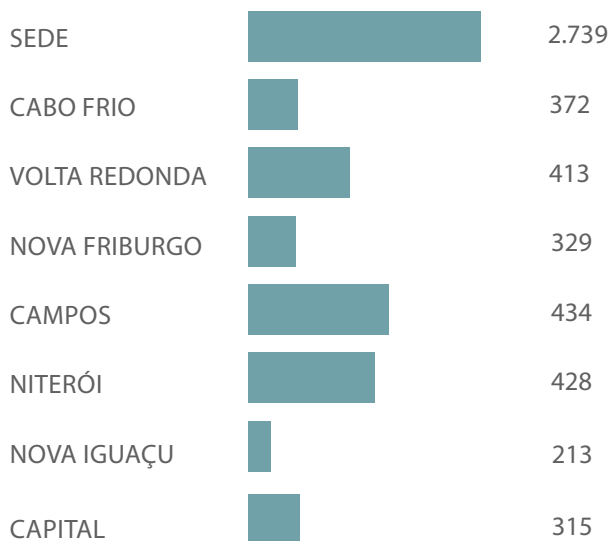
## Capital Social

[ em reais ]

O Capital Social fortalece a cooperativa, rende juros e acumula reservas para o futuro dos associados.

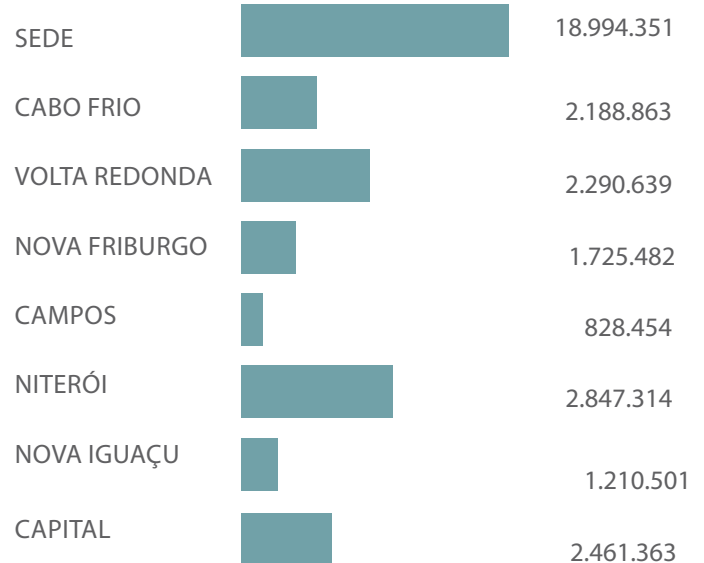


## Associados por agência



## Capital Social por agência

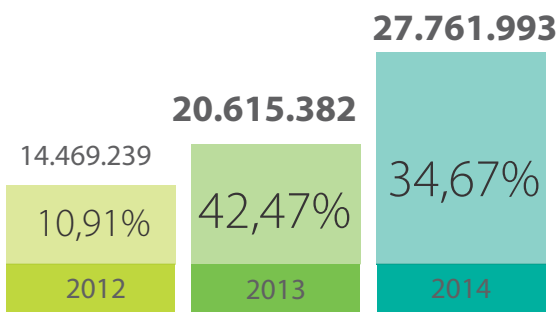
[ em reais ]



# Depósitos

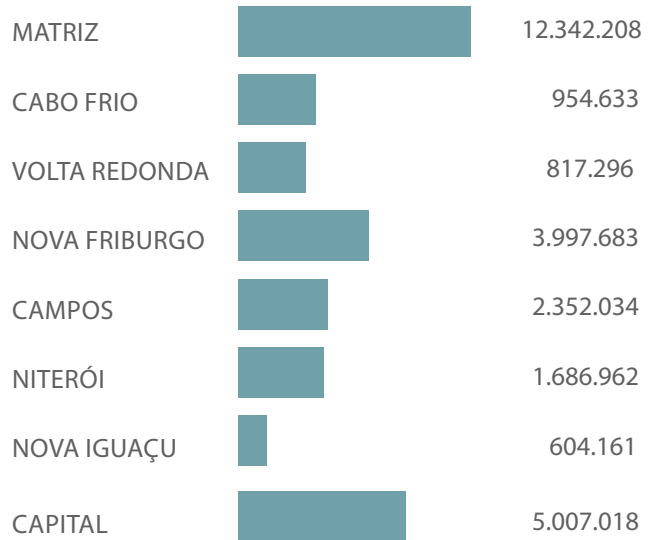
[ em reais ]

Os associados consideram o Sicoob Coopjustiça seguro para depositar as suas economias.



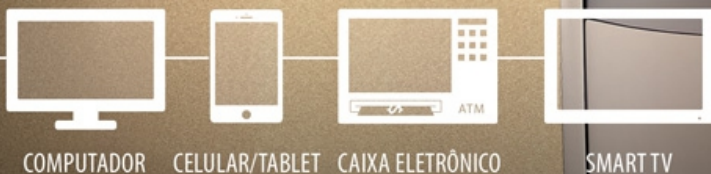
# Depósitos por agência

[ em reais ]



A gente estava quase pegando a estrada quando minha esposa lembrou que precisava ir ao Sicoob pegar dinheiro.

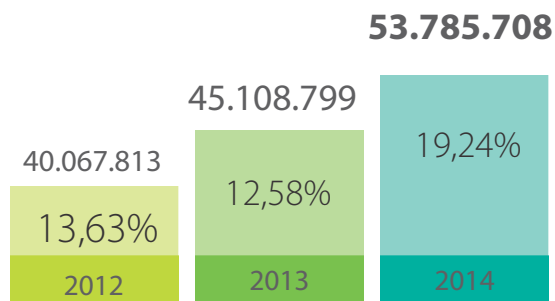
"Saca aqui mesmo, amor."



## Carteira de Crédito

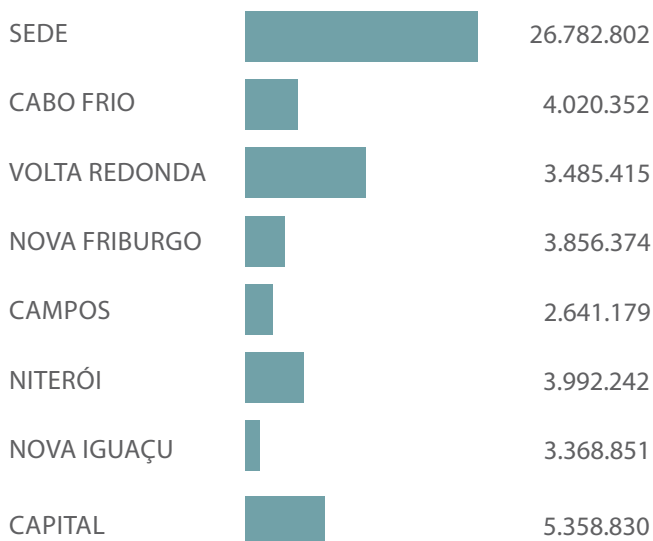
[ em reais ]

Abaixo demonstramos o saldo da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2014.



## Crédito por agência (R\$)

[ em reais ]



## Total de Crédito Liberado em 2014

[ em reais ]

Aqui apresentamos a soma de todos os contratos liberados em 2014.

Total liberado:

**30.795.255**

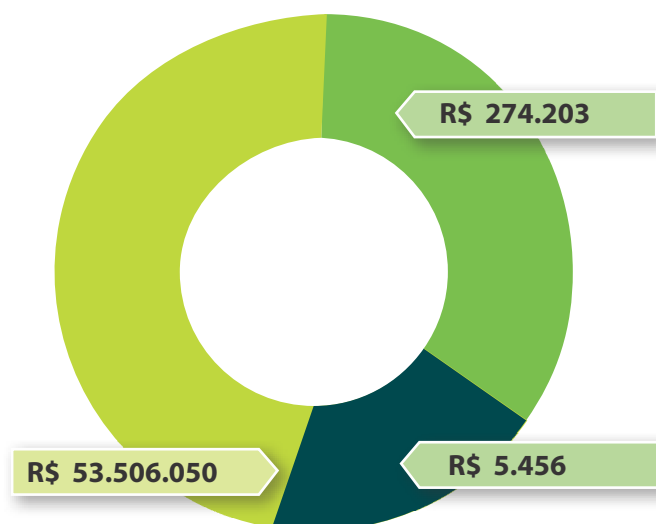
Número de operações:

**2.403 operações**

(empréstimos)

Valor médio das operações:

**R\$ 12.815**



- Cheque especial
- Empréstimo
- Adiantamento a depositante

## Apuração do Resultado

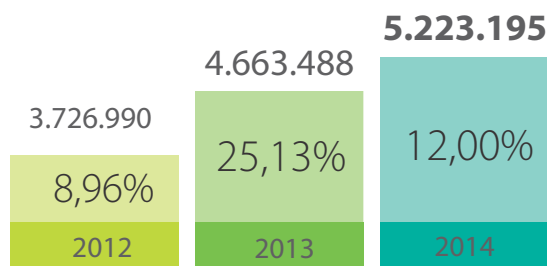
Verifique abaixo os resultados alcançados em 2014.

SOBRA BRUTA		R\$	5.223.195
(-) Pqto. juros ao capital social		R\$	(2.567.089)
SOBRAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		R\$	2.656.106
(-) Resultado de atos não cooperativo destinados ao FATES		R\$	(73.009)
Resultado líquido		R\$	2.583.097
(-) Fates 5%		R\$	(129.155)
(-) Reserva Legal 10%		R\$	(258.309)
<b>SOBRAS LÍQUIDAS EXERCÍCIO</b>		<b>R\$</b>	<b>2.195.633</b>

[em R\$ ]

## Evolução das Sobras Brutas

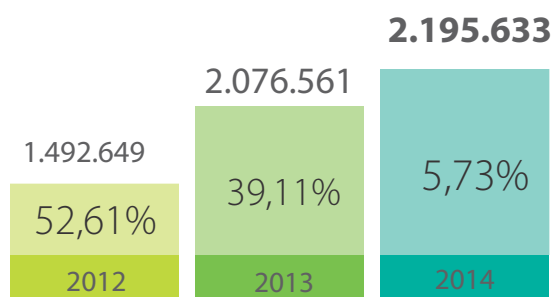
[em reais ]



## Evolução das Sobras Líquidas

[em reais ]

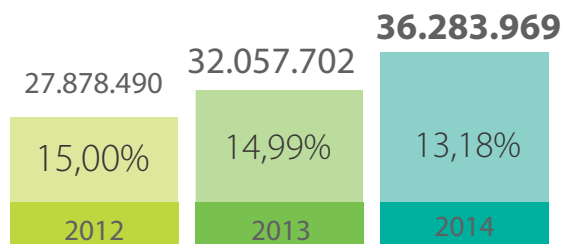
Um dos principais diferenciais das cooperativas é devolver as Sobras Líquidas para os associados.



## Evolução do Patrimônio Líquido

[ em reais ]

Abaixo demonstramos a evolução do Patrimônio Líquido do Sicoob Coopjustiça nos últimos 3 anos.

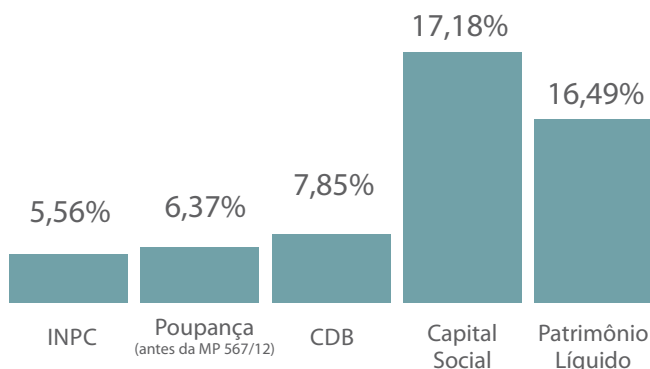


## Rateio das Sobras Líquidas

A legislação cooperativa estabelece que as Sobras Líquidas à disposição da Assembleia Geral sejam rateadas entre os associados proporcionalmente ao volume de negócios que cada um realizou com a Cooperativa. Quanto mais negócios o associado faz com o Sicoob Coopjustiça, mais recebe de volta dos resultados gerados.

## Comparativo de Rentabilidade

Rentabilidade é o percentual de ganho obtido em um negócio. No gráfico abaixo são comparados a inflação de 2014 (INPC), o rendimento da Poupança e do CDB. Demonstramos a rentabilidade do Capital Social e o Patrimônio Líquido considerando as Sobras Brutas da cooperativa.



# Relatório da Administração

Senhores Associados,

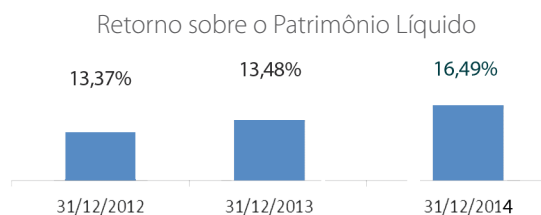
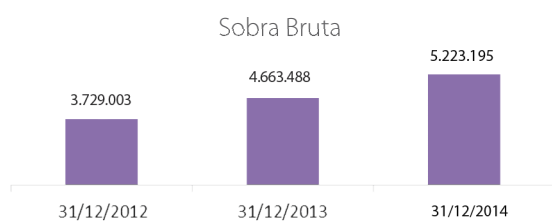
Submetemos a V. Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2014 da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA – Sicoob Coopjustiça, em milhões, na forma da legislação em vigor.

## 1. Política Operacional

Em 2014, o Sicoob Coopjustiça completou 18 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

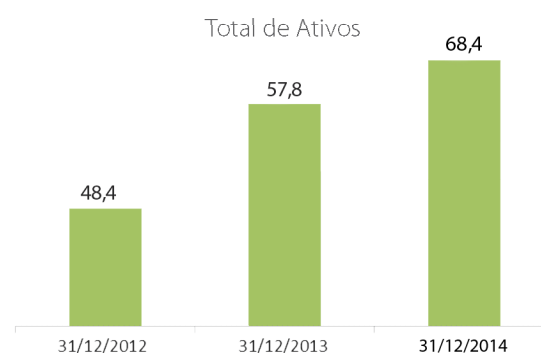
## 2. Avaliação dos resultados

A Cooperativa obteve no exercício de 2014 um resultado de R\$ 5.223.195, que representou um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 13,48%

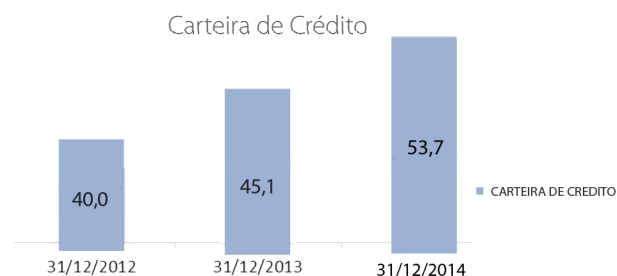


## 3. Ativos

O ativo total somou R\$ 68.490.499,75 em 31/12/2014. Por sua vez a carteira de crédito representava em 2013 R\$45.108.799, havendo um aumento de 14,24%, totalizando em 2014 o valor de R\$53.785.708, sendo 100% de carteira comercial.

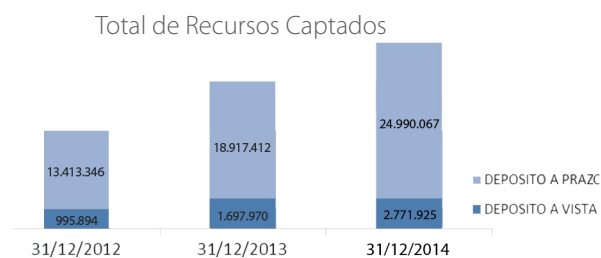


Verifique, abaixo, a distribuição da Carteira de Crédito.



## 4. Captação

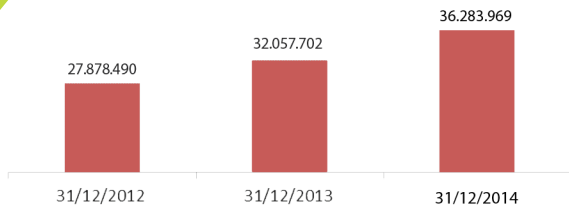
As captações, no total de R\$27.761.993, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 34,67%



## 5. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido encerrou o exercício de 2014 com um crescimento de 13,18% em relação ao mesmo período do ano anterior, apresentando soma de R\$ 36.283.969.

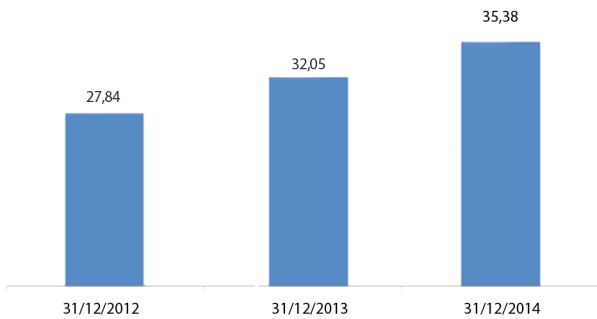
Total de Patrimônio Líquido



**6. Patrimônio de Referência**

O Patrimônio de Referência era de R\$32.052.501,52, havendo um acréscimo de 10,40% passou a ser de R\$35.385.572,51.

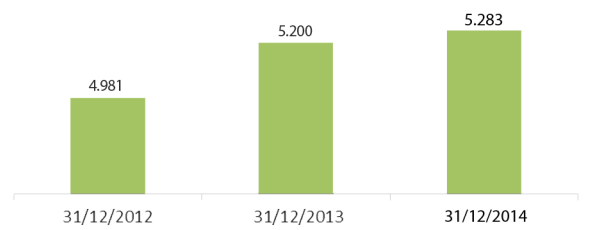
Patrimônio de Referência



**7. Número de Associados**

O número de associados saiu de 4.981 para 5.283, o que corresponde a um crescimento de 5,00% considerando o intervalo de dois anos.

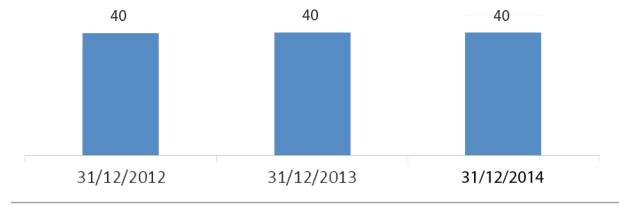
Número de Associados



**8. Número de Colaboradores**

Não houve alteração de número de colaboradores no exercício de 2014.

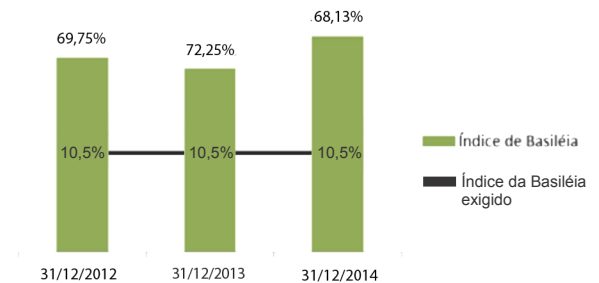
Número de Colaboradores



**9. Índice da Basileia**

O índice de Basileia praticado pela Cooperativa saiu de 143,9% para 140,71% em dezembro de 2013. Este índice supera o percentual de 13% exigido para as cooperativas de crédito. O comparativo refere-se ao mês de setembro em decorrência da indisponibilidade dos dados de dezembro, sendo esta a última base comparativa.

Índice da Basileia



**10. Política de Crédito**

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do pro-penso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2014, houve uma concentração de 98,19% nos níveis de risco "A" a "C".

**11. Cenário Econômico**

Em 2013 a recuperação da economia mundial se manteve em ritmo moderado, ressaltando-se a aceleração nas economias avançadas, segundo informações divulgadas nas recentes atas do Comitê de Política Monetária (Copom). Na Europa, as altas taxas de desemprego, aliadas à consolidação fiscal e incertezas políticas, constituem elementos de contenção de investimentos e do crescimento.

O quadro externo ainda é, de fato, delicado, com expansão econômica e do comércio mais baixas do que na década passada. Além disso, diversas incertezas continuam a alimentar a volatilidade dos ativos pelo mundo, como as ligadas à condução da política monetária pelo Fed (Federal Reserve Bank). Ainda assim, grande parte das economias emergentes passa por um momento bem melhor que o do Brasil, que tem sido destaque negativo não somente em crescimento, mas também em inflação. Esse dinamismo menor em relação a essas outras economias, em conjunto com uma piora da percepção

de risco do país pelos agentes ao longo de 2013, sugere que são fatores domésticos, e não globais, que têm limitado o crescimento brasileiro.

Apesar de a economia brasileira viver um cenário de pleno emprego, o consumo das famílias vêm sendo prejudicado pela recentes altas na taxa básica de juros da economia e pela oferta moderada de crédito.

O cooperativismo de crédito, por sua própria natureza, orientado por princípios e valores universais, está naturalmente comprometido com o desenvolvimento sustentado das comunidades em que atua, buscando sempre o melhor para os seus associados.

## 12. Conselho Fiscal

No dia 02/07/2013, na sede da Cooperativa, foi dado a posse ao novo Conselho Fiscal da SICOOB Coopjustiça. Eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com mandato até AGO de 2016: Antônio Carlos de Souza Carvalho, Edma Menezes de Castro, Juçara de Souza Mero, Carlos Corrêa dos Anjos, Hélio José Ferreira Roma e Renato da Silva Dias

## 13. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB Coopjustiça aderiram, no momento da contratação, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB Confederação

## 14. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor.

Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2014, a ouvidoria do SICOOB registrou 6 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 6 reclamações, todas foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

## 15. Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital da Cooperativa

### 1.1 Risco Operacional

- a) O gerenciamento do risco operacional do Sicoob Coopjustiça – CECM dos Servidores do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro Ltda objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.
- b) Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Coopjustiça – CECM dos Servidores do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro Ltda aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- d) O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).
- e) As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.
- f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

## 1.2 Risco de Mercado e Liquidez

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Coopjustiça – CECM dos Servidores do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro Ltda - objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007.
- b) Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Coopjustiça – CECM dos Servidores do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro Ltda aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, Sicoob Coopjustiça – CECM dos Servidores do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro Ltda possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

## 1.3 Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Coopjustiça – CECM dos Servidores do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro Ltda objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) - Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Coopjustiça – CECM dos Servidores do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro Ltda aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- c) - Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) - Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Coopjustiça – CECM dos Servidores do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro Ltda possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Rio de Janeiro - Rio, 28 de Abril de 2014.

Diretoria Executiva

# BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Relatório Anual 2014

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2014 (Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário no Estado do Rio de Janeiro Ltda. SICOOB COOPJUSTIÇA  
02.000.895/0001-90

ATIVO			PASSIVO		
	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>	<b>24.326.383</b>	<b>22.248.077</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>31.401.643</b>	<b>24.908.243</b>
DISPONIBILIDADES	199.763	200.640	DEPÓSITOS	27.177.778	20.364.714
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	-	-	Depósitos à Vista	2.771.925	1.697.970
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	Depósitos a Prazo	23.955.707	18.239.820
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-	Depósitos Sob Aviso	450.146	426.923
Cotas de Fundos	-	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	11.754.717	11.513.027	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	-
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	-	Repasse Interfinanceiros	-	-
Correspondentes no país	-	-	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	-
Centralização Financeira - Cooperativas	11.754.717	11.513.027	Recursos em Trânsito de Terceiros	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11.864.040	10.211.511	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	375.415	1.432.785
Operações de Crédito	11.864.040	10.211.511	Empréstimos no País - Outras Instituições	375.415	1.432.785
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.848.450	3.110.744
OUTROS CRÉDITOS	506.974	322.899	Cobrança e Arrecadação de Tributos	2.363	632
Rendas a Receber	24.043	24.009	Sociais e Estatutárias	1.902.139	1.409.903
Diversos	482.931,08	298.890	Fiscais e Previdenciárias	473.496	411.419
OUTROS VALORES E BENS	890	-	Diversas	1.470.453	1.288.791
Outros Valores e Bens	-	-			
Despesas Antecipadas	890	-			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>44.164.117</b>	<b>35.564.472</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>804.888</b>	<b>846.604</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	41.232.035	33.962.336	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	804.888	846.604
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	-	-	DEPÓSITOS	584.215	250.668
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	Depósitos a Prazo	584.215	250.668
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	41.171.511	33.901.811	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	-
Operações de Crédito	41.171.511	33.901.811	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-	-	Repasse Interfinanceiros	-	-
OUTROS CRÉDITOS	60.525	60.525	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	-	375.263
Diversos	60.525	60.525	Empréstimos no País - Outras Instituições	-	375.263
OUTROS VALORES E BENS	-	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	220.673	220.673
Despesas Antecipadas	-	-	Diversas	220.673	220.673
PERMANENTE	2.932.081	1.602.137			
INVESTIMENTOS	2.343.623	979.747	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>36.283.969</b>	<b>32.057.702</b>
Outros Investimentos	2.343.623	979.747	CAPITAL SOCIAL	32.546.971	28.669.037
IMOBILIZADO DE USO	588.459	622.390	De Domiciliados no País	32.553.149	28.716.010
Imóveis de Uso	965.823	965.823	(Capital a Realizar)	(6.178)	(46.973)
Outras Imobilizações de Uso	974.829	907.991	RESERVAS DE SOBRAS	1.541.366	1.312.104
(Depreciação acumulada)	(1.352.193)	(1.251.424)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.195.632	2.076.561
DIFERIDO	-	-			
Outros Ativos Diferidos	93.886	93.886			
(Amortização acumulada)	(93.886)	(93.886)			
INTANGÍVEL	-	-			
Outros Ativos Intangíveis	-	-			
(Amortização acumulada)	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>68.490.500</b>	<b>57.812.549</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>68.490.500</b>	<b>57.812.549</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em Reais)

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda – SICOOB COOPJUSTIÇA**

**CNPJ/MF nº 02.000.895/0001-90**

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2014	2014	2013
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.489.418</b>	<b>10.448.186</b>	<b>9.594.636</b>
Operações de Crédito	5.489.375	10.448.143	9.594.626
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	43	43	9
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.104.433)</b>	<b>(2.161.990)</b>	<b>(1.486.955)</b>
Operações de Captação no Mercado	(1.193.781)	(2.138.884)	(1.224.460)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(39.454)	(132.922)	(285.606)
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	128.803	109.817	23.111
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.384.985</b>	<b>8.286.197</b>	<b>8.107.680</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.378.575)</b>	<b>(3.028.462)</b>	<b>(3.439.100)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	194.008	315.171	150.052
Rendas de Tarifas Bancárias	58.844	124.156	104.251
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(1.701.306)	(3.205.420)	(2.920.056)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(1.006.035)	(2.020.510)	(1.854.310)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(22.162)	(49.934)	(37.167)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	705.219	1.322.181	904.274
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	628.035	941.224	517.899
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(235.178)	(455.329)	(304.042)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>3.006.410</b>	<b>5.257.735</b>	<b>4.668.580</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(3.249)</b>	<b>(3.249)</b>	<b>20.241</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>3.003.161</b>	<b>5.254.485</b>	<b>4.688.821</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(11.495)	(31.290)	(25.333)
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>2.991.666</b>	<b>5.223.196</b>	<b>4.663.488</b>
F A T E S	-	(202.164)	(181.103)
Reserva Legal	-	(258.310)	(244.301)
<b>SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.991.666</b>	<b>4.762.722</b>	<b>4.238.083</b>
JUROS AO CAPITAL	(2.567.089)	(2.567.089)	(2.161.522)
<b>SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>424.576</b>	<b>2.195.632</b>	<b>2.076.561</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Reais)

	2º SEMESTRE DE 2014	31/12/2014	31/12/2013
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>370.105</b>	<b>2.538.656</b>	<b>2.749.996</b>
Sobras/Perdas do Exercício	3.003.161	5.254.485	4.688.821
IRPJ / CSLL	(11.495)	(31.290)	(25.333)
Provisão para Operações de Crédito	(101.307)	(245.319)	112.629
Provisão de Juros ao Capital	(2.567.089)	(2.567.089)	(2.161.522)
Depreciações e Amortizações	46.835	127.869	135.402
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>1.861.170</b>	<b>(2.466.338)</b>	<b>995.866</b>
Operações de Crédito	(3.493.576)	(8.676.909)	(5.266.245)
Outros Créditos	(207.163)	(184.075)	1.050.905
Outros Valores e Bens	41.328	(180)	709
Depósitos a Vista	674.483	1.073.955	702.076
Depósitos sob Aviso	2.108	23.222	5.498.968
Depósitos a Prazo	4.203.478	6.049.434	5.098
Outras Obrigações	975.023	680.849	(550.681)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(334.511)	(1.432.633)	(444.965)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>2.231.275</b>	<b>72.318</b>	<b>3.745.863</b>
Alienação de Imobilizações de Uso	36.418	36.418	-
Aplicações em Imobilizado de Uso	(36.885)	(103.255)	(84.126)
Aplicações em Investimentos	(507.807)	(1.363.877)	-
Outros Ajustes			
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>(508.274)</b>	<b>(1.430.714)</b>	<b>(84.126)</b>
Aumento por novos aportes de Capital	1.598.858	3.187.013	2.843.990
Devolução de Capital à Cooperados	(1.111.521)	(3.449.269)	(2.728.637)
Estorno de Capital		(78.355)	(19.422)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(14.902)	(8.113)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES			(47.333)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(73.009)	(73.009)	(58.952)
FATES Sobras Exercício	(129.155)	(129.155)	(122.151)
Subscrição do Juros ao Capital	2.537.516	2.537.516	2.138.555
IRRF sobre Juros ao Capital	(380.629)	(380.629)	(320.690)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>2.442.061</b>	<b>1.599.209</b>	<b>1.677.247</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>4.165.061</b>	<b>240.813</b>	<b>5.338.984</b>
No início do período	7.789.419	11.713.667	6.374.683
No fim do período	11.954.480	11.954.480	11.713.667
<b>AUMENTO / DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>4.165.061</b>	<b>240.813</b>	<b>5.338.984</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em Reais)

	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Contingências	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos em 31/12/2012</b>	<b>25.368.671</b>	<b>(30.402)</b>		<b>1.047.572</b>			<b>1.492.650</b>	<b>27.878.490</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>								-
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>								
Ao FATES							(47.333,32)	(47.333)
Constituição de Reservas								-
Em Conta Corrente do Associado								-
Ao Capital	1.437.203						(1.437.203)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados							(8.113)	(8.113)
Por Subscrição/Realização	2.860.561	(16.571)						2.843.990
Por Devolução ( - )	(2.748.868)			20.231				(2.728.637)
Estorno de Capital	(19.422)							(19.422)
Reversões de reservas								-
Sobras ou Perdas Líquidas							4.663.488	4.663.488
Provisão de Juros ao Capital							(2.161.522)	(2.161.522)
Subscrição do Juros ao Capital	2.138.555							2.138.555
IRRF sobre Juros ao Capital	(320.690)							(320.690)
FATES - Atos Não Cooperativos							(58.952)	(58.952)
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>								
. Fundo de Reserva				244.301			(244.301)	-
. F A T E S							(122.151)	(122.151)
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>28.716.010</b>	<b>(46.973)</b>	-	<b>1.312.104</b>	-	-	<b>2.076.561,14</b>	<b>32.057.702</b>
<b>Mutações do Período</b>								
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>								-
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>								
Ao FATES								-
Constituição de Reservas								-
Em Conta Corrente do Associado								-
Ao Capital	2.061.659						(2.061.659)	(0)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados							(14.902)	(14.902)
Por Subscrição/Realização	3.146.217	40.795						3.187.012,55
Por Devolução ( - )	(3.449.269)							(3.449.269,41)
Estorno de Capital	(78.355)							(78.355)
Reversões de reservas				(29.048)				(29.048)
Sobras ou Perdas Líquidas							2.656.106	2.656.106
Provisão de Juros ao Capital								-
Subscrição do Juros ao Capital	2.537.516							2.537.516
IRRF sobre Juros ao Capital	-380.629,11							(380.629)
FATES - Atos Não Cooperativos								-
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>								
. Fundo de Reserva				258.310			(258.310)	-
. F A T E S							(202.164)	(202.164)
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>32.553.149</b>	<b>(6.178)</b>	-	<b>1.541.366</b>	-	-	<b>2.195.632</b>	<b>36.283.969</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>32.553.149</b>	<b>(6.178)</b>	-	<b>1.541.366</b>	-	-	<b>2.195.632</b>	<b>36.283.969</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013  
(Valores expressos em Reais)**

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB COOPJUSTIÇA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 21 de Janeiro de 1997 filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela lei complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

O SICOOB COOPJUSTIÇA possui Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Sede – Av. Nilo Peçanha nº 12 salas 522 a 526; 1009 a 1011 e 1022 a 1026 – Centro – Rio de Janeiro; PAC Cent – Rua Erasmo Braga nº 115 lamina 1 BL E Sala 523 A – Centro – Rio de Janeiro; PAC Cabo Frio – Rua Ministro Gama Filho SN – Edifício do Fórum – 1º andar – Cabo Frio – RJ; PAC Volta Redonda – Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira S/N – 4º ANDAR – Volta Redonda – RJ; PAC Nova Friburgo – Av. Euterpe Friburguense nº 201 – Térreo – Nova Friburgo – RJ; PAC Niterói – Av. Ernani do Amaral Peixoto nº 500 – 8 andar – sala 810 – Niterói – RJ; PAC Campos dos Goytacazes – Av XV de Novembro nº 289 – 1 Pavimento – Bloco 01 – Campos dos Goytacazes – RJ; PAC Nova Iguaçu – Rua Doutor Mário Guimarães nº 968 – Luz – Nova Iguaçu – RJ.

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da administração da cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da lei complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela administração 04 de Fevereiro de 2015.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

**b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A administração da cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

**c) Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e depósitos bancários	199.763	200.640
Relações interfinanceiras – centralização financeira	11.754.717	11.513.027
<b>Total</b>	<b>11.954.480</b>	<b>11.713.667</b>

**d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

**e) Provisão para operações de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

**f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

**g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

**h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**i) Diferido**

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

**j) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

**k) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**l) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

**m) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

**n) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**o) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**p) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

**q) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado realizadas com cooperados é isento de tributação.

**r) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**s) Valor recuperável de ativos impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2014 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**t) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

**NOTA 04 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/2010.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Centralização Financeira - Cooperativa	11.754.717	11.513.027

**NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:**

Nível / Percentual de Risco / Situação			Add e Cheque especial	Empréstimos	Total em 31/12/2014	Total da Provisão em 31/12/2014	Total em 31/12/2013	Total da Provisão em 31/12/2013
AA		Normal		1.367.746	1.367.746	-	12.836	-
A	0,50%	Normal	257.485	47.621.527	47.879.013	(239.395)	40.571.975	(202.860)
A	0,50%	Vencidas			-	-		
B	1%	Normal	9.199	2.252.203	2.261.402	(22.614)	2.191.459	(21.915)
B	1%	Vencidas		84.818	84.818	(848)	15.298	(153)
C	3%	Normal	5.547	1.129.719	1.135.266	(34.058)	1.057.815	(31.734)
C	3%	Vencidas		79.910	79.910	(2.397)	1.146	(34)
D	10%	Normal	4.817	397.071	401.887	(40.189)	380.718	(38.072)
D	10%	Vencidas		17.511	17.511	(1.751)		-
E	30%	Normal		81.214	81.214	(24.364)	112.480	(33.744)
E	30%	Vencidas		32.172	32.172	(9.652)		-
F	50%	Normal	384	58.363	58.747	(29.374)	119.674	(59.837)
F	50%	Vencidas		-	-	-	2.580	(1.290)
G	70%	Normal	1.319	80.552	81.871	(57.310)	123.271	(86.289)
G	70%	Vencidas		53.150	53.150	(37.205)		-
H	100%	Normal	908	243.757	244.665	(244.665)	376.585	(376.585)
H	100%	Vencidas		6.337	6.337	(6.337)	142.964	(142.964)
Total Normal			279.659	53.232.153	53.511.812	-	44.946.812	(851.036)
Total Vencido			-	273.897	273.897	-	161.987	(144.441)
<b>Total Geral</b>			<b>279.659</b>	<b>53.506.050</b>	<b>53.785.709</b>	<b>-</b>	<b>45.108.800</b>	<b>(995.478)</b>
<b>Provisões (-)</b>			<b>(4.051)</b>	<b>(746.108)</b>	<b>(750.158)</b>		<b>(995.478)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>275.608</b>	<b>52.759.942</b>	<b>53.035.550</b>		<b>44.113.322</b>	

\* Em empréstimos estão contidos os valores das operações renegociadas.

**b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento**

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2014
Empréstimos	3.771.939	7.812.442	41.921.669	53.506.050

Obs.: Não inclui adiantamento a depositantes, cheque especial e conta garantida.

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto e atividade econômica:**

Setor	31/12/2014			31/12/2013	
	Conta Corrente	Empréstimo	Título Descontado	Total da Carteira	Total da Carteira
Setor privado - comércio		80.000		80.000	200.000
Pessoas físicas	279.660	53.426.050		53.705.709	44.908.800
<b>Total</b>	<b>279.660</b>	<b>53.506.050</b>	<b>-</b>	<b>53.785.709</b>	<b>45.108.800</b>

**d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:**

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
<b>Saldo Inicial</b>	<b>995.478</b>	<b>1.108.106</b>
Constituições/Reversões no período	(245.319)	(112.629)
<b>Total</b>	<b>750.158</b>	<b>995.478</b>

**e) Concentração dos principais devedores:**

Descrição	31/12/2014	% Carteira Total	31/12/2013	% Carteira Total
Maior devedor	176.722	0,33	207.599	0,46
10 maiores devedores	1.501.524	2,79	1.483.795	3,29
50 maiores devedores	5.449.192	10,13	4.875.778	10,81

**f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:**

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
<b>Saldo Inicial</b>	<b>221.996</b>	<b>216.762</b>
Valor das operações transferidas no período	117.329	116.789
Valor das operações recuperadas no período	(6.124)	(111.556)
<b>Total</b>	<b>333.200</b>	<b>221.996</b>

**NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS**

Valores referentes às importâncias devidas a cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2014		Total	31/12/2013 Total
	Circulante	Não Circulante		
Rendas a Receber (a)	24.043		24.043	24.009
Adiantamento e Antecipações Salariais (b)	6.257		6.257	2.045
Adiantamento para Pagamento Nossa Conta (c)	2.000		2.000	20.338
Devedores por Depósito e Garantia (d)		60.525	60.525	60.525
Títulos e Créditos a Receber (e)	189.205		189.205	82.323
Devedores Diversos - País (f)	312.381		312.381	201.628
(-) Provisão para outros Créditos (g)	-26.912		-26.912	-7.443
<b>Total</b>	<b>506.974</b>	<b>60.525</b>	<b>567.499</b>	<b>383.424</b>

- (a) Em Rendas a Receber estão registrados: Os valores a receber de Rateio de Despesas descontados na folha de pagamento dos associados lotados no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 24.043);
- (b) Em Adiantamento e Antecipações Salariais estão registrados: Adiantamento de Férias de funcionários (R\$ 6.257)
- (c) Em Adiantamento para Pagamento Nossa Conta estão registrados: Saldo de Fundo Fixo (R\$ 1.000) e Adiantamento de Viagens que serão realizadas pela cooperativa para seus associados. (R\$ 1.000)
- (d) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Cobertura de Processo contra a Oi telefones Celulares. (R\$ 60.525)
- (e) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de Cartão de Crédito dos Associados do Sicoob Coopjustiça (R\$ 167.381); Os valores de Tarifas a receber dos associados (R\$ 873,70) e Os valores referentes as contas do processo da Oi que ainda não foram recebidas e continuam em aberto na Oi. (R\$ 20.951)
- (f) Em Devedores Diversos estão registrados: Pendências ativas (R\$ 3.386); Saldo devedor de convenios dos associados da Cooperativa não cadastrado no Risco de Crédito em função de sua natureza (R\$ 47.472); Valores referente a Parcelas de empréstimos recebidas com cheque (R\$ 218.370); Valores de cobranças recebido pela compensação durante o mês de dezembro de 2014 (R\$ 42.588); Valor referente a desconto de parcela de empréstimo de funcionários descontado das Férias dos mesmos (600), e Valor referente a Integralização de capital não realizada (R\$-35)
- (g) Refere-se a provisão sobre o saldo dos cartões dos cooperados em conformidade a Resolução nº 2682/1999

**NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS**

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 39.761, referente a saldo em conta corrente junto a antiga Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Rio de Janeiro - despesas antecipadas está registrado o valor de R\$ 890 referente compra de sistema de antivírus com validade de 1 ano.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
<b>Saldo CECRERJ</b>	<b>39.761</b>	<b>39.761</b>
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	(39.761)	(39.761)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Despesas Antecipadas	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Processamento de Dados	890	-	890	-
<b>Total</b>	<b>890</b>	<b>-</b>	<b>890</b>	<b>-</b>

**NOTA 08 – PERMANENTE**

**a) Investimentos**

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO, ações do BANCOOB e outros investimentos, conforme demonstrado:

Registados ao custo de aquisição	31/12/2014	31/12/2013
Central – SICOOB CENTRAL RIO	2.329.925	975.619
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	13.698	4.128
Quotas CECRERJ	597.172	597.172
(-) Provisão para Perdas Ações e Quotas	(597.172)	(597.172)
<b>Total</b>	<b>2.343.623</b>	<b>979.747</b>

**b) Imobilizado de uso**

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil e abaixo:

Imobilizado de Uso	Custo corrigido	31/12/2014		31/12/2013		Taxas anuais de depreciação %
		Depreciação acumulada	Total líquido	Total líquido		
Edificações	965.823	(602.234)	363.589	440.855		8%
Instalações	53.415	(36.172)	17.242	18.068		10%
Móveis e equipamentos de uso	359.987	(238.395)	121.592	83.339		10%
Sistema de comunicação	26.077	(20.647)	5.429	5.552		10%
Sistema de processamento de dados	521.565	(442.817)	78.749	74.576		20%
Sistema de segurança	13.785	(11.928)	1.857	-		10%
<b>Total</b>	<b>1.940.652</b>	<b>(1.352.193)</b>	<b>588.459</b>	<b>622.390</b>		<b>-</b>

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

**c) Diferido**

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente.

Diferido	Custo corrigido	31/12/2014		31/12/2013		Taxas anuais de amortização %
		Amortização acumulada	Total líquido	Total líquido		
Benfeitorias	93.886	(93.886)	-	-		20%

**NOTA 09 – DEPÓSITOS**

**a) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.**

Descrição	31/12/2014	% Carteira Total	31/12/2013	% Carteira Total
Maior Aplicador	1.945.796	7,14	1.446.562	7,14
10 maiores aplicadores	8.145.519	29,90	6.130.264	30,28
50 maiores aplicadores	16.188.656	59,42	12.205.538	60,28

**b) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes.**

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
<b>Pessoa física</b>	<b>26.911.979</b>	<b>19.062.560</b>
Depósito à vista	1.921.911	1.449.251
Depósito sob aviso	450.146	426.923
Depósito à prazo	24.539.922	17.186.385
Outros depósitos		
<b>Pessoa jurídica</b>	<b>850.014</b>	<b>1.552.822</b>
Depósito à vista	850.014	248.719
Depósito à prazo		1.304.103
<b>Total</b>	<b>27.761.993</b>	<b>20.615.382</b>

A cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

**NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades (art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/2010) e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	Finalidade	Taxa a.a.	31/12/2014		Total	31/12/2013
			Circulante	Não Circulante		Total
BANCOOB	Capital de Giro	CDI +0,39%	334.969	-	334.969	1.767.602
CECRERJ			40.446		40.446	40.446
<b>Total</b>			<b>375.415</b>	<b>-</b>	<b>375.415</b>	<b>1.808.048</b>

**NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS**

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	284.027	148.936
Cotas de capital a pagar (b)	1.618.111	1.260.967
<b>Total</b>	<b>1.902.139</b>	<b>1.409.903</b>

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Saldo referente ao montante de Capital a devolver aos associados da cooperativa que tenham solicitado desligamento do quadro social.

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para impostos e contribuições s/ lucros	2.940	13.472
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	8.196	5.707
Impostos e contribuições s/ Salários	71.997	64.583
IRRF Aplicação Financeira	4.657	3.523
IRRF Capital Próprio	385.065	324.135
Outros	641	-
<b>Total</b>	<b>473.496</b>	<b>411.420</b>

**NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações - diversas	31/12/2014		Total	31/12/2013
	Circulante	Não Circulante		Total
Cheques administrativos (a)	3.362		3.362	2.624
Fornecedores (b)	30.144		30.144	149.611
Despesas de pessoal (c)	179.840		179.840	158.939
Outras despesas administrativas (d)	934.939		934.939	634.061
Passivos Contingentes (e)	35.439		35.439	19.109
Credores Diversos - país (f)	286.728	220.673	507.401	545.119
<b>Total</b>	<b>1.470.453</b>	<b>220.673</b>	<b>1.691.125</b>	<b>1.509.463</b>

(a) Refere-se a cheques emitidos pela cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2014.

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas INSS Conservadora Rio de Janeiro (R\$ 909), Aluguel dos Pas (R\$ 2.699), limpeza dos PAs (R\$ 600,00), Energia Elétrica (R\$ 2.560), Mensalidade do Advogado (R\$ 4.433), Plano de Saúde (R\$ 16.543), Internet Mundivox (R\$ 1.500), Segmed – Segurança do Trabalho (R\$ 387) Pertel Telecomunicações (309), LucaNet – Hospedagem de SITE (R\$ 204)

(c) Refere-se a provisão de férias (R\$ 128.022), provisão de INSS s/Férias (R\$ 33.542), provisão de FGTS s/férias (R\$ 10.242) e Provisão de FGTS s/13 Salário (R\$ 8.035).

(d) Refere-se ao saldo de Seguro Prestamista descontado dos associados e ainda não recolhido a seguradora.

(e) Refere-se ao valor provisionado como possível de perdas com ações judiciais, conforme relatório da assessoria jurídica da Cooperativa.

(f) O saldo de Credores Diversos – País está descrito abaixo.

Credores Diversos - País	31/12/2014	31/12/2013
Convenios a Pagar	229.554	277.296,91
Pendências a regularizar	52.391	41.745,96
Diferença de Caixa	4	109,17
Conta Transitoria (depósitos não identificados)	4.779	2.277,12
Faturas Sicoobcard	-	3.017,22
Outros	220.673	220.673
<b>Total</b>	<b>507.401</b>	<b>321.429</b>

#### NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS - PROVISÕES

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos judiciais em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	Probabilidade de Perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014	Valor Depósitos Judiciais em 31/12/2014	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2013	Valor Depósitos Judiciais em 31/12/2013
Outras contingências (a)	Provável	35.439	-	19.109	-

(a) Outras contingências refere-se à processos de natureza cível em que a cooperativa aparece como Réu e a possibilidade de perdas é provável.

#### NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB COOPJUSTIÇA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

#### NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### (a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2014	31/12/2013
Capital social	32.553.149	28.716.010
Capital a realizar	(6.178)	(46.973)
<b>Total de associados</b>	<b>5.394</b>	<b>5.200</b>

##### (b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

##### (c) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2014, os cooperados deliberaram pelo rateio das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.076.561,14 proporcional a utilização dos serviços da cooperativa por cada associado

##### (d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Sobras /lucro líquido do exercício	2.656.106	2.501.965
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	73.009	-58.952
<b>Sobras líquidas, base de cálculo das destinações.</b>	<b>2.583.097</b>	<b>2.443.013</b>
<b>Destinações estatutárias</b>	<b>-387.465</b>	<b>-366.452</b>
Reserva legal - 10%	-258.310	-244.301
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	-129.155	-122.151
Sobras à disposição da Assembleia Geral	2.195.632	2.076.561
<b>Total</b>	<b>2.195.632</b>	<b>2.076.561</b>

A reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

**NOTA 17 – RESULTADOS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS**

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Receita de prestação de serviços	199.786	143.749
Outras Receitas de Ato Não Cooperativo	1.932	-
Despesas específicas de atos não cooperativos	(9.058)	(4.071)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(85.111)	(75.702)
<b>Resultado operacional</b>	<b>107.549</b>	<b>63.976</b>
<b>Receitas (despesas) não operacionais, líquidas</b>	<b>(3.249)</b>	<b>20.241</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>104.299</b>	<b>84.217</b>
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>73.009</b>	<b>58.952</b>
<b>Total</b>	<b>73.009</b>	<b>58.952</b>

**NOTA 18 – PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL**

A cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de que ao final do exercício, remunere o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMP/L, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

**NOTA 19 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Receita Não Operacional	16.573	20.241
Despesas Não Operacional	19.823	-
<b>Total do Resultado Líquido</b>	<b>-3.249</b>	<b>20.241</b>
<b>Total Resultado Não Operacional</b>	<b>-3.249</b>	<b>20.241</b>

**NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2014:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	% em relação à carteira total
Saldo das operações ativas	86.940	107.885	0,16%
Saldo das operações passivas	490.218	246.013	1,76%

**(a) Detalhamento das Operações Ativas:**

OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Empréstimos	86.840	434	0,16%

**(b) Detalhamento das Operações Passivas:**

OPERAÇÕES PASSIVAS			
Natureza da Aplicação Financeira - Transações com partes relacionadas	Valor da Aplicação Financeira	% da Aplicação financeira em relação à carteira total	Taxa média - %
Depósitos a vista	29.255	0,10%	0%
Pessoas físicas e jurídicas	27.635	0,10%	0%
Depósitos a prazo	460.963	1,66%	CDI + Variação
Pessoas físicas e jurídicas - taxa pós-fixada	460.963	1,66%	CDI + Variação

**(c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade**

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pelo Conselho da Administração/Diretoria Executiva	% em relação à carteira total - saldo no exercício 2014
Conta corrente (adiantamento a depositantes, cheque especial e conta garantida)	4,45%	4,45%	0,10%
Empréstimos	1,36%	1,36%	0,16%
Aplicação financeira	CDI + Variação	CDI + Variação	1,76%

**(e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são avais.**

GARANTIAS PRESTADAS DE PARTES RELACIONADAS EXERCÍCIO 2014		
Natureza da Operação de Crédito	Total das Garantias	
Conta corrente (adiantamento a depositantes, cheque especial e conta garantida)		20.000
Empréstimos		123.971

**(g) No exercício de 2014, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma**

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS DE PARTES RELACIONADAS EXERCÍCIO 2014		
Descrição	Total dos Benefícios	
Honorários		396.971
Plano de saúde		27.876

**NOTA 21 – COOPERATIVA CENTRAL**

O SICOOB COOPJUSTIÇA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiais (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiais, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPJUSTIÇA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

#### NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### NOTA 23 – ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 29.932.025, em 31 de dezembro de 2014.

#### NOTA 24 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPJUSTIÇA, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis 2 processos, totalizam

#### NOTA 25 - GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

##### 25.1 - RISCO OPERACIONAL

- O gerenciamento do risco operacional da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.
- Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de controles internos de riscos operacionais (Scir).
- As informações cadastradas no sistema de controles internos e riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.
- A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes as perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva auditora da cooperativa central.
- Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da diretoria executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo agente de controles internos e riscos (ACIR).
- Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

##### 25.2 - RISCO DE MERCADO

- O gerenciamento do risco de mercado da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.
- Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

##### 25.3 - RISCO DE CRÉDITO

- O gerenciamento de risco de crédito da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

##### 25.4 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL

- A estrutura de gerenciamento de capital da cooperativa objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.
- Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a cooperativa aderiu a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
  - Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
  - Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob; e
  - Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

# Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo do Poder Judiciário no Estado do Rio de Janeiro - SICOOB COOPJUSTIÇA, representado pelos seus membros Juçara de Souza Mero, Antônio Carlos de Souza Carvalho e Edma Menezes de Castro no âmbito das suas atribuições legais e estatutárias, conforme determina o artigo 46, inciso VIII do Estatuto Social, com base nas reuniões realizadas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, procedeu ao exame das demonstrações contábeis verificando as rotinas operacionais, de crédito, de controle e limites definidos pelo Banco Central, sendo apurado que: a Cooperativa encerrou o ano de 2014 com o patrimônio de referência (PR) no valor de R\$ 35.385.572,51 (trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos); a provisão para risco de crédito encontra-se contabilizada corretamente e com valores adequados em comparação com Sistema Financeiro Nacional (SFN) e Sistema SICOOB; verifica-se que a liquidez da Cooperativa tem nível satisfatório e que aderiu às políticas de Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado e Risco Operacional do sistema SICOOB; não foi identificada ocorrência de eventos relevantes que modifiquem a situação patrimonial e financeira após o encerramento do Balanço Geral do exercício; a Cooperativa encontra-se em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

O SICOOB COOPJUSTIÇA apresentou Resultado Líquido do exercício social de 2014 de R\$ 4.762.721,72 (quatro milhões, setecentos e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e um reais e setenta e dois centavos), referente a Sobra Líquida de R\$ 2.195.632,29 (dois milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos) e ao Juros ao Capital Total no valor de R\$ 2.567.089,43 (dois milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, oitenta e nove reais e quarenta e três centavos) representando um aumento aproximado de 12% (doze pontos percentuais) em relação ao exercício 2013.

O Conselho Fiscal com base no exposto acima, após minucioso exame das Demonstrações Financeiras e Contábeis, incluindo o Balanço Geral, conclui que foram elaboradas de acordo com as normas vigentes e refletindo as operações realizadas. Assim sendo, somos de parecer favorável e encaminhamos as mesmas para que sejam aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2015

Antônio Carlos de Souza Carvalho  
Conselheiro Efetivo

Juçara de Souza Mero  
Conselheiro Efetivo

Edma Menezes de Castro  
Conselheiro Efetivo

# Relatório de Auditoria

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda. - SICOOB COOPJUSTIÇA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda. - SICOOB COOPJUSTIÇA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da cooperativa.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda. - SICOOB COOPJUSTIÇA em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo-SP, 26 de Fevereiro de 2015.



Rui de Assis Vasconcelos  
Contador – CRC – MG 75.505/O-3 “S”  
RJ - CNAI 1915

## Diretoria Executiva

### Diretor Presidente:

Benino Manuel Alonso Lorenzo

### Diretor Operacional:

Roberto Medeiros Souza

### Diretor Administrativo:

Carlos Ney Mello de Uliana

### Diretora:

Miraci Bezerra Marinho de Oliveira

## Conselho Fiscal

Antônio Carlos de Souza Carvalho

Edma Menezes de Castro

Juçara de Souza Mero

Carlos Corrêa dos Anjos

Hélio José Ferreira Roma

Renato da Silva Dias

## Superintendência

Ivenia Silva

## Gerente Contabil

Fabio Cortinovis Carvalho

## Postos de Atendimento

### MATRIZ - CENTRO

Av. Nilo Peçanha, 12 - 10º/5º Andar - Centro / RJ Cep.: 20020 - 100 Telefones: (21) 2277-1200  
Fax: (21)2277-1202 | Cel.: (21) 8766-7496 (OI)

### P.A. 01 - CABO FRIO

Rua Ministro Gama Filho (s/n) - Braga - Prédio do FÓRUM 1º andar Cabo Frio - RJ Cep.: 28908-090  
Telefax: (22) 2645-2015 | Cel.:(22)8102-4444 (OI)

### P.A. 02 - VOLTA REDONDA

Rua Desembargador Ellis Hermídio Figueira, 4º andar Aterrado Prédio do FÓRUM -RJ Cep.: 28605-130 Telefax.:(22)2519-2486  
Cel.:(24) 8100-5963 (TIM)

### P.A. 03- NOVA FRIBURGO

Av. Euterpe Friburguense, 201 - Térreo - Centro Prédio do FÓRUM - Nova Friburgo - RJ Cep.: 28605-130 Telefax.:(22)2519-2486  
Cel.: (22) 9788-1203 | Ramal Forum: 2188

### P.A. 04 - NITERÓI

Av. Ernani do Amaral Peixoto nº 500 - sala nº 810 - Centro Niterói - RJ Cep.: 24020-077  
Telefax: (21) 2613-2497 | Cel.: (21) 8214-3337 (TIM)

### P.A. 05 - CAMPOS DOS GOYTACAZES

Av. XV de Novembro 289 - Centro - 1º Pavimento do Bloco I Comarca de Campos dos Goytacazes - RJ Cep.: 28035-100  
Telefax: (22) 2728-2783 | Cel.: (22) 8109-2225(TIM)

### P.A. - CAPITAL

Av. Erasmo Braga nº 115 - Bloco E - Lâmina 1 - Sala 523A Centro - Rio de Janeiro - RJ/Cep.: 20020-000  
Tel:(21) 2210-9379 Ramal Interno TJ: 2137  
Cel.: (21) 8875-6499 (OI)

### P.A. - NOVA IGUAÇU

Rua Dr. Mario Guimarães nº 968 bairro: Da Luz Nova Iguaçu - Cep.: 26083-225 Telefone: 21 6962-1234  
Cel.: (21) 6962-1234 (TIM)

